

jornal novo

Directora: Helena Roseta

Em reunião do Conselho da Revolução

Melo Antunes propõe Barreto para ministro da República nos Açores

O ex-ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto, foi sugerido pelo conselho Melo Antunes para o cargo de Ministro da República nos Açores, durante uma reunião do Conselho da Revolução.

Esta proposta é encarada nos círculos democráticos com alguma apreensão na medida em que são suficientemente conhecidas as distâncias que separam o autor da legislação sobre a Reforma Agrária democrática e o militar que se destacou no apagamento das responsabilidades a serem pedidas às forças golpistas implicadas na acção insurreccional e anti-nacional de 25 de

Novembro de 1975. Desta feita, é considerado que a sugestão de Melo Antunes visaria de imediato o afastamento dos centros da vida política nacional numa personalidade que continua a ser vista como reunindo condições para poder ainda vir a desempenhar um papel positivo na estabilização democrática do País e no esforço de recuperação económica, designadamente no campo onde se notabilizou pela sua acção.

Por outro lado — e segundo foi referido

(Continua na pág. 20)



Conselho Directivo da Faculdade de Ciências

«As entidades oficiais devem sentir-se responsáveis pela catástrofe...»

«Não admira que nos estejamos a proporcionar as maiores facilidades para que a Escola volte a funcionar rapidamente pois, as entidades oficiais devem sentir-se moralmente responsáveis pela catástrofe, dado que estavam suficientemente esclarecidas das precárias condições de segurança existentes neste estabelecimento de ensino e, em particular, quanto à prevenção contra incêndios.»

A afirmação foi feita esta manhã a «Jornal Novo» por um membro do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências no final de uma conferência de imprensa durante a qual foram dados a conhecer os resultados do plenário (estudantes, professores e trabalhadores da Faculdade de Ciências) efectuado, ontem, na aula Magna da Reitoria da Universidade para se tomarem decisões acerca do futuro imediato daquele estabelecimento de ensino destruído pelo fogo na madrugada do ú-

(Continua na pág. 20)

Torre do Tombo espera novo edifício há anos

A antiguidade das instalações de grandes repositórios da cultura portuguesa é muitas vezes a grande responsável pela destruição de tesouros de valores incalculáveis e, o que é bem mais grave irre recuperáveis.

Ainda há dias, foi a Faculdade de Ciências que incêndio devorador privou, (para sempre?) de rico património cultural. Neste caso, a inexistência de condições de segurança, prevenção eficaz de incêndio,

enfim, a «vénice» deixada à sua própria mercê, constituiu os indêmitos combatentes do fogo em total impotência perante as chamas.

No Palácio de S. Bento, nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a nossa História brota desde o mais antigo documento guardado, que remonta ao ano de 882.

Não obstante as condições boas de segu-

rança de que é dotado, designadamente por via de sistemas vários de alarme, o arquivo carece de um novo edifício, especialmente construído e segundo regras próprias.

«Jornal Novo» falou com o director deste «repositório de cultura», dr. Pereira da Costa.

pág. 20



O «Apocalipse de Lorvão» é uma das preciosidades que se encontram na Torre do Tombo. Apesar dos bons sistemas de alarme, parece urgente a construção de um novo edifício para albergar documentação que é única.

Avolumam-se críticas à actuação de Vasco Lourenço na RML

Rocha Vieira não está demissionário do cargo de Chefe de Estado Maior do Exército asseguraram a «Jornal Novo» fontes militares. O CEME apenas tem vindo a insistir junto do Estado Maior General das Forças Armadas para uma correcta solução da situação criada com a Região Militar de Lisboa onde, em consequência de um decreto do Conselho da Revolução, se verifica uma duplicação de poderes, quebrando-se, deste modo, a cadeia de comando e gerando-se pontos de litígio. Tal duplicação de poderes tem sido agravada com as atitudes assumidas pelo comandante da RML, Vasco Lourenço, designadamente no conhecido caso dos «29 de Maфра».

Segundo «Jornal Novo» apurou, não existe litígio entre Rocha Vieira e o CEMGFA, general Ramalho Eanes. A promoção a major de Vasco Lourenço, decidida pelo CR, embora naturalmente suscitasse certo descontentamento entre os oficiais à es-

(Continua na pág. 20)

editorial

Promessas...

«Promete sempre, serás bem sucedido. E aliás que custa prometer?»

Com este precioso conselho iniciava Ovidio os romanos na doce arte de amar, em que era consumado mestre.

É inevitável recordar Ovidio ao assistir à azáfama dos nossos governantes, deslocando-se aos mais diversos pontos do território, para ver «in loco» — e sobretudo prometer «in loco», que tem muito mais impacto.

Vamos assim ter um Serviço Nacional de Saúde — o projecto está aí a rebernar, é uma questão de dias, Coimbra vai ter o seu Hospital Escolar. Na Figueira da Foz vai ser ampliado o porto, para o ano que vem. A Nazaré terá o seu porto de abrigo. A poluição do Vouga vai ser reduzida em 90%. A Branda vai finalmente ser recuperada. Um túnel será construído entre o Cais do Sodré e o Terreiro

(Continua na pág. 20)

MAP afasta técnico contestado pelo PC

O afastamento do eng.º José Zuquete do cargo de director do Centro da Reforma Agrária de Coruche, decidido pela nova equipa responsável pelo Ministério da Agricultura e Pescas, está a provocar certa inquietação entre os agricultores da região.

O eng.º José Zuquete, que era contestado pelo PC pela firmeza de que deu provas enquanto director do CRA de Coruche, será substituído pelo eng.º João Gonçalves que, embora conotado com posições de direita, tem tido actuações bastante malicavas, ao longo do post-25 de Abril, com pontos de contacto com os mais diversos quadrantes políticos.

O afastamento do eng.º José Zuquete, segundo agricultores de Coruche afirmaram a «Jornal Novo», vem confirmar qual é o alerta dado na última assembleia de delegados da CAP, de que o Ministério da Agricultura se preparava para afastar os técnicos competentes que se têm oposto aos desígnios do PCP.

Cubanos e armas russas em Moçambique?

Numa notícia emitida ontem com base em fontes de informação rodésianas e sul-africanas, a ABC News — de Nova Iorque afirma que uma grande concentração de armas soviéticas, incluindo caças-bombardeiros «Mig-21», tanques pesados e mísseis terra-ar, está em curso, em Moçambique.

A rede de Radiotelevisão americana dizia também que aviões soviéticos haviam transportado duas unidades de infantaria cubanas de 150 homens cada, totalmente equipados, para a cidade costeira da Beira.

Afirmava que pelo menos 35 «Mig-21» com pilotos cubanos completamente treinados estavam agora no Majuto e navios de carga soviéticos haviam transportado mais de 250 tanques pesados para Moçambique, alguns ainda há semana passada.

Em Nacala, os russos haviam começado a construir uma base aérea, que quando concluída, seria a maior na África Oriental, afirmava a ABC.

Cientista americano afirma:

É provável contactar extra-terrestres antes do ano 2000

• «OVNI'S» ...eram «Sputniks» — afirmam astronautas da URSS

Na reunião anual da Associação Americana para o Progresso das Ciências, realizada recentemente em Washington, o astronauta dr. Frank Drake, da universidade de Cornell, director do radiotelescópio de Arecibo, que é o mais poderoso do mundo, declarou que existe uma probabilidade de 50 por cento de virmos a ser interceptadas emissões de rádio de planetas extra-solares, antes do ano 2000. As probabilidades de virmos a ser detectados planetas do tamanho de Júpiter, a girarem em torno das quatro centenas de estrelas existentes num raio de 30 anos-luz, em torno da Terra, são muito maiores, aproximando-se dos 100 por cento.

De facto, os astronautas têm insistido em que a maneira mais rápida de detectar a presença de vida inteligente fora da Terra consiste na intercepção dos sinais de rádio, e têm tentado, inclu-

sivé, estabelecer contactos (reais) com outras civilizações. Em 1974, uma mensagem foi enviada pelo radiotelescópio de Arecibo para o exanme de Messier 13, constituído por cerca de 300 000 estrelas. Os astronautas soviéticos têm tomado iniciativas semelhantes e existe, inclusive, um organismo para coordenação dos esforços dos E.U.A. e da U.R.S.S. nas tentativas de contacto com outras civilizações. Esses esforços estão a traduzir-se principalmente pela busca de emissões de rádio. O trabalho não é fácil, uma vez que não se sabe muito bem quais os sinais a identificar. Contra o que o seria de esperar, não é provável que cheguem até nós emissões de radiofonias: os sinais mais fortes que se escapam do nosso planeta para o espaço são os das emissões de televisão, e tudo faz crer que o mesmo aconte-

(Continua na pág. 20)

regiões

Conselho Directivo da Faculdade de Ciências

(Continuação da pag. 1)
tímo sábado.

De destacar, segundo foi referido, o extraordinário número de presenças — a quase totalidade de professores, alunos e funcionários administrativos — e o facto de uma moção ter sido aprovada com um voto contrário e uma abstenção, o que demonstra a unanimidade de opiniões quanto ao teor da moção.

Com efeito assinala o documento que se «lamentam os prejuízos», se «denuncia o acto que tudo indica tenha origem suspeita», afirma-se «a determinação de não interromper as aulas», require-se «o começo imediato da construção acelerada das instalações», e se agradecem os testemunhos de solidariedade que têm chegado à Escola.

A moção propõe, ainda que se mande o Conselho Directivo para excutir as resoluções que as provas de avaliação previstas para serem feitas entre 18 deste mês e a Páscoa se façam no anexo, entre 24 de Março e 8 de Abril, e que as provas práticas que não podem ser feitas não causem prejuízo aos alunos.

Entretanto ficou marcada uma nova Assembleia para o próximo dia 4 para se tomarem novas medidas.

Em intervenções de membros do Conselho Directivo e de outros órgãos da Facul-

dade ficou bem expresso que desde há muito se chamava a atenção das entidades responsáveis para a insegurança existente na Escola e que todos estão determinados para prosseguir com a actividade da Faculdade tendo sido eleitas três comissões (Instaladora imediata, Nova Faculdade e de Reestruturação) para colaborar nos serviços urgentes que se impõem neste momento e ao mesmo tempo se exige a descoberta e o castigo dos criminosos responsáveis pela catástrofe que atingiu aquela Escola.

Foi ainda referido que se manterá o calendário cultural previsto para o mês de Abril, no qual se inclui uma exposição retrospectiva da Faculdade, a participação nas comemorações do centenário de Herculano, que teve grande influência na passagem do Colégio dos Nobres a Escola Politécnica e, ainda nas comemorações próximas do centenário do Jardim Botânico.

A solicitação da colaboração internacional para reconstituição dos valores perdidos foi por igual referida e anunciado que esse pedido de colaboração se iniciou ontem mesmo, enquanto organismos nacionais têm posto à disposição da FC as suas instalações para que o trabalho de investigação que se processava ali não sofra interrupção.

Quem é cego?

«A Direcção-Geral das Construções Escolares cometeu um verdadeiro crime ao edificar este pavilhão» disse, ontem, ao vespertino «A Luta», o comandante do BSB, enquanto o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências demencia, naquele mesmo jornal, ter tido conhecimento de «seis mil contos para dotar a Faculdade com os necessários requisitos de segurança».

Entretanto, em declarações prestadas ao «Diário Popular», membros do Conselho Directivo da Faculdade afirmaram «a comição de se tratar de um acto criminoso e que em nada iliba a responsabilidade do MOP e do MEC» e culpam o Governo de poder haver atentados deste tipo... etc.»

Por sua vez, «A Capital» assinala que «a Faculdade de Ciências ardeu com aviso prévio» e acrescenta declarações do 2.º comandante do BSB, segundo o qual, no que respeita à FC «foram tomadas algumas medidas de segurança mas, quanto ao essencial nada foi feito».

Estas transcrições servem para confirmar, a quem vê e, portanto, não é cego que no incêndio da Faculdade de Ciências a culpa não é dos Cabrais como pretendia, ontem, «A Luta» mas, concretamente do Governo, seja ele do Partido do sr. Soares ou fosse dos Partidos dos srs. Franco, Amaral, Cunhal, Barreiros, ou do sr. que se segue (malguns daqueles casos se fosse permitida a formulação pública de opiniões...).

Com efeito, o Governo fosse ele qual fosse, nada fez «quanto ao essencial» para salvar a Faculdade e «nada iliba a responsabilidade do MOP e do MEC», para já não referir a afirmação concreta de que «a culpa é do Governo» que pode ter feição... partidária.

Assim, cabe perguntar quem tem «cegueira irreversível» como diz «A Luta» acusando o «Jornal Novo» por que assinalou que «incu-

ria do Governo destrói Faculdade de Ciências».

Para jornalistas, o título da notícia era esse mesmo mas, em «A Luta» entende-se de outra maneira e inclui-se o nome de Helena Roseta de mistura com um «se o PPD/PSD estivesse no Governo...» talvez para defender (?) o culpado moral pela incúria revelada.

Sem «cegueira», se fosse um jornalista a escrever a nota, para «bater» no colega que tituló a notícia, talvez culpasse o sr. D. Afonso Henriques ou o sr. D. João IV ou até o sr. Sebastião de Carvalho e Melo que mandou reconstruir o edifício e deu oportunidade a que se verificasse ali o fogo mas, como há quem só veja o que o «patrão» manda ver, defende-se (?) esse «patrão», esquecendo a «cegueira» que lhe vai por casa.

O que vale é que a nota não foi escrita por um jornalista que evitaria, no mínimo, misturar quem profissionalmente não tem procuração para a sua defesa) até deve salzar que as condições de segurança do património nacional não são as que deveriam ser e talvez se preocupasse (também) com isso.

A «cegueira» no entanto, é outra e não deixa ver, por exemplo, as declarações do prof. Jacobson ao afirmar que «a catástrofe teria sido evitada se as autoridades te aqui não são necessariamente a GNR, a PSP ou PJJ tivessem prestado atenção às inúmeras recomendações (...) pois fizeram-se muitos ofícios ao Ministério competente, o qual tinha também conhecimento de um parecer dos bombeiros emitido há três anos sobre o assunto.»

Como não somos «cegos» mas jornalistas continuamos a entender que foi o Governo (tenha ele a conotação que tiver) o culpado (moral) do fogo e daí o «Jornal Novo» — onde não se percebe o alcance dos «processos antigos» que «A Luta» pretende usar — referir a «incúria do Governo».

Quem é afinal o «cego»? S.R.

Nota oficiosa do MEC

As causas do violento incêndio que destruiu as instalações da Faculdade de Ciências de Lisboa continuam por esclarecer.

Entretanto o comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB), Teixeira Coelho revelou que em Setembro de 1975 tinha sido apresentado à Faculdade de Ciências um extenso relatório sobre as medidas urgentes a tomar para a prevenção e combate ao fogo.

Teixeira Coelho chegou mesmo a afirmar «que, se tivéssemos dado sequência, a este relatório, o incêndio não teria atingido as proporções que assumiu». O comandante do BSB chamou ainda a atenção para a falta de segurança em outros edifícios do Estado.

Por sua vez, cerca de 2500 professores, alunos e funcionários daquela Faculdade estiveram reunidos para debater a situação e aprovaram uma moção em que atribuem «uma cota de responsabilidade ao MEC pelo facto de não ter tomado a tempo medidas para corrigir as deficientes condições de segurança do edifício, repetidas vezes assinaladas pelos órgãos de gestão da escola».

Entretanto o Ministério da Educação e Cultura distribuiu uma nota oficiosa refutando as acusações feitas e procurando sacudir a «água do capote», remetendo à «incúria» possível para a Direcção-Geral das Construções Escolares. Segundo aquela nota, os serviços dependentes daquele Ministério «cumpriram integralmente a sua obrigação».

Contudo, um comunicado do Conselho Directivo da Faculdade de Ciências revela que há muito que tinha alertado as autoridades competentes sobre a falta de segurança do edifício, chamando a atenção da necessidade da instalação de extintores em locais devidamente marcados, de um sistema de detecção de incêndios e para o alargamento dos portões de acesso os quais não comportam a entrada dos veículos mais potentes dos bombeiros.

O Conselho Directivo revela que as bocas de incêndio, colocadas há menos de quinze dias, não se encontravam ainda ligadas às novas canalizações, o que motivou frequentes faltas de água, com pressão, no combate ao incêndio. O CD afirma ainda que o não alargamento dos portões impediu, como se previa, que os carros de maior potência, entrassem nas alas Oeste e Leste do edifício.

É de lamentar pois que os inúmeros prejuízos culturais e materiais que o incêndio acarretou, tenham, em parte, sido causados, pela demora na conclusão das obras no edifício da Faculdade, que se arrastaram até à data do incêndio. Aliás o Conselho Directivo tinha solicitado em devido tempo um inquérito à maneira como elas estavam a decorrer.

Porto

Uma questão de custos sociais...

Entre as mil e uma maneiras de aliciar dinheiro do cidadão vulgar de linha figuram em lugar mais ou menos destacado as «flippers», máquinas de diversão vulgarmente conhecidas como «caça níqueis», que vão proliferando, cada vez mais de forma organizada, por todos os cantos e esquinas da cidade do Porto e registando intenso movimento de adeptos, com especial incidência nas camadas mais jovens.

E é certo e sabido que onde essas máquinas estiverem, estão jovens aos magotes, embriados pela ilusão das aventuras coloridas que as maquinetas lhes proporcionam, gastando uma moeda de cinco escudos, e mais outra e outra ainda, a totalizar quantias via de regra assinaláveis — e, sobretudo, que as mais das vezes seriam destinadas a aplicações muito mais proveitosas que, assim, ficam adiadas «sine die»...

Certo e sabido, também, que esses jovens, muitos jovens, ali ficam horas esquecidas, cedendo à tentação fácil de trocar a «sensaboria» das suas obrigações escolares pela «excitação» de umas horas de movimentadas peripécias com luzinhas a acender e campainhas a tilintar, desfiando os números que traduzem as habilidades de quem manobrar os aparelhos em duvidosa competição.

Certo e sabido, ainda, porque nem a mais artificiosa retórica consegue desmentir a evidência que ressaia aos olhos de qualquer pessoa, que por perto dessas máquinas param, as horas mortas do dia, indivíduos de porte duvidoso, passadores

de droga, carteiristas, assaltantes de automóveis, por razões óbvias: perigosos propagandistas das «formas de vida fácil», susceptíveis de contagiar e aliciar esses jovens, incautos e mal preparados para se defenderem das arremetidas desses marginais.

Claro que tudo isto só acessoriamente tem a ver com as máquinas «caça níqueis», pois não se põe aqui em causa a sua licitude. De qualquer forma, são aspectos sobre os quais importa meditar, agora que o assunto surge na ribalta do dia a dia cidadão em função do julgamento em Tribunal de Polícia da firma concessionária de seis desses aparelhos selados pela PSP e cuja sentença será proferida na próxima quarta-feira.

Esforçou-se o advogado de defesa por demonstrar que os «caça níqueis» não podem incluir-se na alçada do preceito legal que contempla os jogos de «fortuna e azar», invocando como alicerce da sua tese o facto de essas máquinas não proporcionarem qualquer lucro material aos jogadores e de os resultados estarem na dependência directa da perícia em manobrar o aparelho.

Todos estaremos de acordo nesse ponto, aliás, como o próprio Tribunal certamente também estará. Mas isso, quando muito, apenas servirá para negar validade aos motivos alegados para proceder à selagem das máquinas, não beliscando nem um bocadinho qualquer um dos outros aspectos enunciados e cujas repercussões negativas dificilmente poderão

ser contraditadas.

Dir-se-á que o acesso às máquinas e a permanência nas salas onde elas se encontram, apenas são permitidos a maiores de dezasseis anos — qualquer pessoa terá ocasião de verificar, porém, que pelo menos aqui no Porto esse preceito não passa de «fogo de vista». E esse é um dos aspectos que importará contemplar através de legislação adequada e de fiscalização atenta, rigorosa e regular.

Quanto ao outro pormenor, a solução parece residir na fixação de horários de funcionamento específicos para este tipo de negócio, pois facultando-se a sua operação a qualquer hora do dia, estará implicitamente a criar-se um factor de concorrência com evidente prejuízo para os estabelecimentos escolares. Por que não determinar que os «caça níqueis» só poderão estar a trabalhar, por exemplo, a partir das dezasseis horas, liberalizando-se o seu funcionamento aos fins de semana, dias feriado e tempo de férias escolares oficiais?

Como diria o advogado de defesa dos «caça níqueis», muito mais vindicas características de «fortuna e azar» e, portanto, muito mais passível de acção legal, apresentam os populares painéis de fuos que dão como prémios chocolates quantas vezes de valor inferior ao custo do próprio fuo. Só que, como evidente se torna, os custos sociais são infinitamente menos relevantes — ou não serão?...

L.A.

Aveiro

Polição: doença do Baixo Vouga

Em visita de trabalho deslocou-se ontem a Aveiro o secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente: arquitecto Gomes Fernandes, que se fazia acompanhar pelo eng. Correia da Cunha (Presidente da Comissão Nacional do Ambiente), eng. Azevedo Sobral (da Hidráulica do Mondego), entre outros.

Durante a manhã a comitiva acompanhada pelas autoridades locais deslocou-se à PORTUCEL, a Cacia, com o objectivo de se inteirar das causas e consequências da poluição. Em Caciao secretário de Estado além de ter visitado a empresa de celulose, intereiu-se ainda das áreas afectadas pela poluição daquela unidade fabril, que há dezenas de anos contribuiu para o entoxicação da região do Baixo Vouga, sem que até hoje ninguém se tivesse interessado pela resolução do problema, a não ser por palavras, enquanto os agricultores vão perdendo os seus campos e os pescadores a razão da sua existência. Ainda durante a manhã a comitiva deslocou-se também à região do Caima (no concelho de Albergaria-a-Velha) onde visitou a Companhia de Celulose do Caima, que também tem contribuído de uma forma decisiva para a poluição na zona do Baixo Vouga.

Durante a tarde o secretário de Estado e a sua comitiva, reuniram no Governo Civil de Aveiro com todas as partes envolvidas no assunto. Desta reunião viriam a sair algumas conclusões importantes, dadas a conhecer por Gomes Fernandes à Imprensa. Entre elas há a destacar a substituição de algum material existente na Portucel, por material mais moderno que poderia evitar



substancialmente a poluição na zona abrangida a criação de uma comissão da qual faz parte as partes em litígio (lavadores e Portucel) que funcionaria dependente dos serviços regionais do Ministério Agricultura e Pescas, que irá fazer um levantamento dos estragos causados pela Portucel aos agricultores, com o objectivo de os avaliar para pagamento de posteriores indemnizações pelo Governo, isto como é óbvio uma

promessa do arq. Gomes Fernandes. Mas o povo do Baixo Vouga já não acredita em promessas, e continua céptico, porque de promessas estão eles fartos.

De salientar que a resolução do problema da poluição, na zona do Baixo Vouga não passa só pela resolução da poluição proveniente da Portucel, mas também da Companhia de Celulose do Caima.

Hugo dos Santos no BI

O brigadeiro Hugo dos Santos deslocou-se a Aveiro com o objectivo de presidir às cerimónias comemorativas do dia da unidade.

Na sua intervenção, o comandante da Região Militar do Centro falou do significado do 25 de Abril precisando que «constituiu para os militares desta geração um motivo de orgulho e, para a História, um mareo perene. A sua comemoração não poderá ser somente uma mera formalidade, antes uma verdadeira

comunhão de ideais entre homens que engrangem uma farda e praticam a camaradagem como ponto de honra da sua vivência».

A tenninar, Hugo dos Santos frisou no Batalhão de Infantaria de Aveiro, que o povo português acreditou e continua a acreditar nas Forças Armadas, «mau grado os desvios desde então tentados contra os quais nós opusemos e havemos sempre de opor».

CAMISA DOURO
Camisetas especializadas • pronto a vestir para homem
LARGO DO RATO, 15 - A • TEL. 88 23 01 • L. 9 B O A